

Ibsen e Benevides impediram criação de CPI

CLÁUDIA CARNEIRO

A CPI da máfia do Orçamento poderia estar funcionando há pelo menos um ano, se não fosse a atitude "suspeita" do senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que decidiram arquivar requerimento para apuração de irregularidades na Comissão Mista do Orçamento, quando respondiam pela presidência das duas Casas. A denúncia é do senador Dirceu Carneiro (PSDB-SC), que à época ocupava o cargo de 1º secretário do Senado. Dirceu ficou surpreso ao se deparar com a ata da reunião conjunta das Mesas da Câmara e do Senado, em maio de 1992, na qual Benevides e Ibsen encaminharam a decisão "unânime" pelo arquivamento dos pedidos de instalação de CPIs, inclusive a do Orçamento, requerida pelo deputado Jacques Wagner (PT-BA).

"Não conheço este documento, não fui signatário e nunca participei de uma reunião conjunta das Mesas para decidir assunto de tal relevância", disse o senador Dirceu, cujo nome consta da ata como um dos 13 participantes da reunião. Para Dirceu Carneiro, os detalhes da reunião são típicos do que chama de "sessão espírita", em que a decisão prévia dos presidentes das Casas é endossada pelos membros das Mesas, quando são recolhidas, posteriormente, suas assinaturas.

O senador Benevides propôs



uma revisão das sugestões para instalação das CPIs, uma vez que, "além de onerarem em demasiado o orçamento do Senado Federal, a quem compete arcar com as despesas, têm repercutido desfavoravelmente no andamento dos trabalhos das duas Casas, porque sobrecarregam a atividade parlamentar".

Para o senador Dirceu Carneiro, "é inteiramente procedente a suspeita porque os dois presidentes, que definem a ordem do dia e encaminham os temas das reuniões, decidiram retirar de cena o que veio à luz um ano depois. "Na ata não há sequer argumento de outro parlamentar", disse ele. Dirceu lembrou que, da mesma forma, a retirada de temas da pauta faz parte da prerrogativa dos presidentes das Casas. O senador, com isso, quis atribuir a decisão do senador Benevides e do deputado Ibsen, de reunir as Mesas para tal assunto, a uma divisão de responsabilidades. "Eles não precisavam reunir as Mesas para decidir isto", ressaltou.

O deputado Waldir Pires (PSDB-BA), signatário da ata como 1º vice-presidente da Câmara, considerou a deliberação da reunião "infeliz". "Um ano depois vem à tona todas estas denúncias de corrupção na Comissão do Orçamento", ponderou. O deputado Max Rosenmann (PDT-PR), que confirmou ter também participado da reunião conjunta, lembrou que os dois presidentes ficaram de decidir os requerimentos que seriam arquivados. Hoje considera "estranho" o resultado. "O espírito de corpo do Congresso deixou de relevar a importância desta CPI. Ninguém imaginava que os problemas fossem tão graves", disse o deputado.